

O Brasil e a Antártida: ciência e geopolítica

Rogério Madruga Gandra
(Doutorando em Geografia –Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a análise de fundamentais elementos (como a ciência e interesses político-econômicos) que estruturam, ainda que de forma implícita, a atual geopolítica antártica mundial, bem como a sua repercussão na geopolítica antártica brasileira. Desde a sua instituição, em 1982, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) está a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão vinculado ao Ministério da Marinha. A presença na Antártida, do ponto de vista militar, se resume em um objetivo territorial, uma questão de segurança nacional. O presente trabalho, cujo conteúdo integra uma pesquisa mais ampla, atualmente sendo desenvolvida em nível de doutorado, propõe uma discussão entre os objetivos científicos e geopolíticos do Programa Antártico Brasileiro.

Abstract

The present paper limits itself to the analysis of fundamental elements of which it consists of, even in an implicit way, the current world geopolitics of Antarctica, as a science and economic and political interests. At a certain moment, we must analyze of global Antarctic geopolitics and its repercussions on Brazilian Antarctic geopolitics. Since its institution, in 1982, the Brazilian Antarctic Program (PROANTAR) is coordinated by the Interministerial Commission for Ocean Resources (CIRM), a department in connection with the Brazilian Navy. The presence in Antarctica, in the point of view of the military, can be described as a territorial objective, a question of national security. The present work content integrates more ample research, currently being developed at the doctorate level, to propose a discussion between scientific and geopolitical objectives of the Brazilian Antarctic Program.

Palavras-chave Antártida - geopolítica - Programa Antártico Brasileiro - ciência

Key words *Antarctica - geopolitics – Brazilian Antarctic Program – science*

gandra3@ibest.com.br

A ciência e a geopolítica antártica: considerações iniciais

Dentro do processo histórico de apropriação do espaço antártico, a ciência, mais do que um mero coadjuvante, transformou-se em um vital instrumento a serviço da geopolítica antártica mundial. Ao longo dos séculos XVIII e XIX a região antártica ficou restrita à ação de baleeiros e caçadores de focas, atendendo às necessidades de graxa, azeite e peles do Velho Mundo. A primeira experiência de cooperação científica internacional na Antártida ocorreu em 1874, quando Alemanha, EUA, França e Reino Unido realizaram observações em regiões subantárticas (COELHO, 1983, p.16). Uma visão fragmentada dessa cooperação científica internacional pode deixar a impressão de uma súbita mudança no jogo político-territorial das potências mundiais do final do século XIX, em prol de uma conquista “harmoniosa” do continente antártico, sob a égide da ciência. O incipiente conhecimento da geografia antártica, determinado pelas limitações tecnológicas e pelas adversidades naturais da região austral, certamente foi fator preponderante, que culminou nessa primeira expedição científica internacional.

A ciência seja geográfica, ou de outra ordem disciplinar, sempre foi um poderoso instrumento de intervenção estatal, dentro de um contexto geopolítico mundial-regional fomentado pelas potências imperialistas. A Conferência de Bruxelas (1876), realizada dois anos após a primeira expedição científica internacional na Antártida, deixou evidente o posicionamento da ciência dentro desse contexto. MOREIRA (1994, pp.8-10) estabelece que a Conferência de Bruxelas:

[...]revelará o papel que sempre estivera reservado à geografia e suas instituições, e as razões por que se tornara um saber de grande prestígio junto aos governos[...] com o concurso das sociedades geográficas empreender-se-á o avanço imperialista sobre a África, Ásia e Oceania, bem como a América Latina, esta já submetida à dominação colonial desde o século XVI[...] A Conferência de Bruxelas combina a ação conjunta das potências imperialistas, mas a unidade mal conseguirá esconder as contradições, que afloram sobretudo no momento da delimitação da partilha.[...]

Através da análise do binômio ciência-Estado, e dos conceitos que foram incorporados para garantir a existência do próprio aparelho estatal, é que se pode perceber o grau de comprometimento da comunidade científica com os propósitos geopolíticos dos Estados-nações. Entretanto, é prematuro condenar toda a ciência em função de seu maior ou menor grau de cumplicidade com o escuso jogo geopolítico inter-estatal, afinal ela é apenas um meio, dos muitos empregados, para se atingir as ambíguas finalidades, dignas dos Estados maquiavélicos. As considerações de MORIN (1996, pp.19-20) convergem nesse sentido:

[...] a ciência tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais. Assim, estamos num processo inter-retroativo. A técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também, retroativamente, a sociedade tecnologicizada transforma a própria ciência. Os interesses econômicos, capitalistas, o interesse do Estado desempenham o seu papel ativo nesse circuito de acordo com suas finalidades, seus programas, suas subvenções. A instituição científica suporta as coações tecnoburocratas dos grandes aparelhos econômicos ou estatais, mas nem o Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico: utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá [...]

A questão é que dentro da lógica de apropriação territorial empreendida pelos Estados hegemônicos, ao longo do processo histórico, a região antártica se apresenta como a única cujos reclames territoriais

passaram a ser condicionados ao grau de comprometimento científico no continente gelado, em especial após a elaboração do Tratado Antártico, que determina o uso da Antártida para fins pacíficos e científicos (artigos I, II e III). Entretanto, somente os Estados-signatários que mantêm base de pesquisa naquela região têm direito à voz e voto nas decisões políticas, científicas e territoriais do continente austral. O Tratado Antártico, elaborado em Washington (1959), por ocasião do Ano Geofísico Internacional (1957-1958), apresenta-se como legítimo instrumento jurídico internacional que regula a questão dos reclames territoriais na região austral. O referido Tratado protelou a discussão dos reclames territoriais para o ano de 2048, quando ocorrerá o fim de sua vigência. Apesar de haver um “consenso” que atribui à Antártida a condição de um “continente universal”, apenas 12 países participaram da elaboração do Tratado, ou seja, aqueles que previamente mantinham estação de pesquisa e/ou expedições científicas anteriores à assinatura do Tratado. A ciência precedendo a geopolítica antártica mundial (elaboração do Tratado), e ao mesmo tempo se projetando como um instrumento condicionador dos futuros reclames territoriais? O fato é que a tênue fronteira entre a ciência e geopolítica não permite vislumbrar com clareza essa questão. Talvez o comportamento das superpotências (EUA e URSS), dentro desse contexto, esclareça alguns aspectos dessa geopolítica. Tanto os EUA quanto a União Soviética passaram a defender a tese da internacionalização da Antártida. Curiosamente, tal “consenso” se deu justamente nos momentos mais críticos da Guerra Fria, ou seja, nas décadas de 50 e 60 (Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã e a crise dos mísseis em Cuba). Em 1959 ocorreu a assinatura do Tratado Antártico, logo a seguir, em 1961, o mesmo entrou em vigor. Como entender essa contradição? Com certeza as preocupações estavam nas disputas por áreas de maior influência na Europa, extremo oriente e sudeste asiático, também é provável que o rigor da natureza antártica tenha contribuído para a seleção das prioridades estratégicas e territoriais das superpotências.

O conceito de “espaço vital”, coluna vertebral da geografia política de Ratzel, mais tarde acolhido ferrenhamente na geopolítica de Haushofer, passou a ser o paradigma da geopolítica da maioria dos Estados. A *geopolitik*, que se desenvolveu basicamente em Munique, no período do interguerras, acabou por repercutir fortemente não apenas na Alemanha, mas em amplos círculos acadêmicos, militares e diplomáticos para além desse país. Essa *geopolitik*, segundo COSTA (1992, p. 119):

[...] será também a inspiradora de inúmeros estudos e “estratégias” antes e após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos ambientes dos “estados-maiores” de países do Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil, a Argentina e o Chile, mas também ganhará adeptos em setores militares norte-americanos [...]

Portanto parece compreensível o fato do continente antártico não estar inserido na lógica do “espaço vital” idealizado pelos Estados hegemônicos, naquele momento histórico em particular (Guerra Fria). Não restava outra alternativa às superpotências a não ser deixar a questão antártica suspensa sobre o véu da investigação científica. A concepção geopolítica das superpotências para a Antártida (internacionalização e investigação científica) aparece como pressuposto dos fundamentos jurídicos do Tratado Antártico. Diante disso, é perceptível que a intervenção científica na Antártida tem sua gênese atrelada à conjuntura política e geopolítica da Guerra Fria. Essa intervenção se sobrepõe a interesses geopolíticos, os quais, se ainda não estão bem definidos, deixaram cravados no próprio Tratado Antártico o desejo de uma “Partilha Antártica”. O artigo IV sustenta que “nenhuma disposição do presente tratado se interpretará como uma renúncia por qualquer das Partes Contratantes a seus direitos de soberania territorial na Antártida, invocados anteriormente”.

Geopolítica antártica brasileira: a visão territorialista

O Brasil ficou fora do “Clube Antártico”, não participando da elaboração do Tratado Antártico, pois não apresentou nenhum projeto científico para a Antártida (expedição ou instalação de base de pesquisa). Ao contrário do Brasil, seus vizinhos sul-americanos, Argentina e Chile, que vinham intensificando seus reclames territoriais e suas atividades científicas na Antártida desde o fim da década de 30 do século XX, foram os únicos países latino-americanos que participaram da elaboração das diretrizes jurídicas do Tratado. As prioridades nacionais do Brasil, na década de 30, durante o governo Vargas, estavam em modernizar o aparelho estatal e em integrar o território nacional, fragmentado no chamado “arquipélago econômico”, mais do que idealizar um projeto político-territorial para a Antártida, havia a necessidade de, em um primeiro momento, equacionar essas questões domésticas, como a implementação de um projeto urbano-industrial para o país. Somente a partir da década de 50 é que os reclames territoriais do Brasil na Antártida começaram a adquirir uma conotação acadêmica, dentro dos círculos militares. A Tese dos Setores, aplicada à região ártica, encontrou terreno fértil na Teoria da Defrontação (que delimita o território antártico brasileiro entre os meridianos da Ilha de Martins Vaz e do Arroio Chuí) defendida, entre outros, por Therezinha de Castro (SANTOS, 2004, p. 85). CASTRO, geógrafa do IBGE, dedicou grande parte do seu trabalho acadêmico à defesa dos ideais geopolíticos do Brasil na Antártida.

Existem dois posicionamentos políticos em relação à Antártida: os territorialistas - que defendem a incorporação da Antártida à jurisdição e soberania nacionais; e os internacionalistas - que atribuem à Antártida a condição de um continente universal, devendo ser utilizado para fins pacíficos, conforme preconiza o Tratado Antártico. Embora se perceba uma certa produção territorial na Antártida (GANDRA, 2004, pp. 86-96), essa produção ainda é incipiente, não causando maior impacto no pressuposto universal do continente antártico, fundamentado no referido Tratado. Tal produção territorial ainda está restrita às bases de pesquisa, não somente pela imposição política (Tratado), mas também pelas adversidades naturais da Antártida (região mais fria e isolada do planeta). Todavia, a instalação de tais bases é condição primordial para que, no futuro, os Estados-signatários possam ter direitos territoriais sobre a Antártida, embora essa condição fique implícita no próprio Tratado.

A ala comprometida com o imaginário do Brasil-potência, em especial ligada aos círculos militares (Therezinha de Castro, Eurípedes Cardoso de Menezes...), era explicitamente territorialista. No que tange ao imaginário do Brasil-potência, idealizado pelo Estado tecnocrático pós-64, é corrente entre alguns autores (ANDRADE, 1989, pp. 48-49) a concepção de uma subpotência-dependente:

[...] Nos anos do famoso “milagre econômico” falou-se muito que o Brasil crescia com tal rapidez que se transformava em uma potência emergente, a exercer influência nos países vizinhos, no Atlântico Sul e na África. Reivindicamos e instalamos base de pesquisa na Antártida[...] Baseado na crença de que caminhava para se tornar uma grande potência, o Brasil foi convocado a intervir na política de países vizinhos a fim de evitar que governos populares e socialistas ocupassem o poder nesses países[...] esses fatos indicam, na verdade, que o Brasil não estava se transformando numa potência emergente que tratava de sua expansão e da imposição de seus interesses; ele estava sendo intermediário dos Estados Unidos[...]

Os grandes projetos de desenvolvimento, por sua vez, que se articularam com a política de integração do território nacional, além do alto custo ambiental, nasceram à sombra do capital estrangeiro. Para BECKER e EGLER (2003, p. 136), em busca de uma modernização acelerada, o Estado

sustentou elevados níveis de investimento com grandes gastos governamentais e intervenção direta no aparato produtivo da economia, às custas do endividamento com o sistema bancário nacional e internacional. Esse endividamento foi avassalador, conforme OLIVEIRA (2003, p. 300)¹:

[...] para que se possa aquilatar bem o significado do endividamento brasileiro basta dizer que um acréscimo de 1% nas taxas internacionais de juros exerceu na balança de pagamento do Brasil um impacto mais avassalador do que um aumento de 10% no preço internacional do petróleo. Mesmo que o país não contraísse novos empréstimos, com a subida das taxas de juros no final da década de 70 a dívida cresceria praticamente sozinha [...]

A fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA), em 1972, por sua vez, representou um tímido “divisor de águas” dentro dos interesses brasileiros na Antártida. Embora formado por um grupo eclético de profissionais liberais, e sem apoio político e financeiro, contribuiu para a construção do imaginário científico brasileiro no continente antártico, sendo a primeira instituição a conceber a idéia de uma expedição científica na Antártida. O Brasil assinou o Tratado Antártico em 1975. Alguns consideram que o incipiente trabalho do IBEA, por parte de alguns de seus integrantes, que defendiam a cooperação científica internacional na Antártida, tenha, de certa forma, contribuído para essa mudança na geopolítica antártica brasileira. Aristide P. Coelho, um dos fundadores do IBEA, defende esse pressuposto (COELHO, 1983, p. 243):

[...] as idéias veiculadas pelo IBEA, da importância maior da cooperação científica internacional, em detrimento de reivindicação territorial, abriam novas perspectivas para o Brasil, que via um caminho para a sua chegada, atrasada, à Antártida, sem os atritos da reivindicação territorial. Possivelmente tenham influído na decisão do governo brasileiro, à frente o eminente General Ernesto Geigel, para, em atitude antípoda à dos anteriores reconhecer o Tratado Antártico [...]

O discurso dos reclames territoriais, notadamente revestido de caráter político-econômico, estaria dando lugar a um projeto essencialmente científico para a Antártida, única via para tirar o país do “ostracismo antártico” no qual se encontrava? Embora ainda não se tenha uma resposta definitiva para essa questão, atribuir a brusca mudança na geopolítica antártica brasileira (assinatura do Tratado) apenas às atividades do IBEA é subestimar as sólidas bases teórico-metodológicas que fundamentaram a geopolítica do Estado-militar-tecnocrático. Apenas o consenso de que no chamado ciclo militar (1964-1984) a doutrina de segurança e desenvolvimento, formulada pela Escola Superior de Guerra, encontrou campo fértil para se reproduzir, já seria suficiente para colocar uma interrogação nessa súbita mudança no posicionamento em relação ao Tratado Antártico. Ainda mais dúbia torna-se a questão quando se analisa o pensamento do principal mentor da geopolítica do regime militar: Golbery do Couto e Silva, cuja fundamentação teórica remete aos postulados da escola germânica. Sobre o espaço que interessa à geopolítica, Golbery (1967, p. 35) considerava:

[...] é o espaço político em toda a sua plenitude: caracterizado por uma extensão, uma forma e uma textura[...]abrangendo uma base física[...]englobando tanto as zonas já vivificadas pela ocupação efetiva de aglomerações humanas[...]como zonas mortas ou passivas à espera de valorização real² [...]

No que se refere aos Objetivos Nacionais, Golbery considerava sua natureza nitidamente estratégica, resultantes da reação da conjuntura e representantes dos interesses nacionais em um dado momento,

¹ OLIVEIRA, A. U. A Inserção do Brasil no Capitalismo Mundial. In: ROSS, J. Geografia do Brasil. 4ª ed. São Paulo, EDUSP, 2003.

² O espaço antártico bem se enquadra nessa lógica das “zonas mortas” – Nota do Autor

evoluindo com os acontecimentos que atuam nos campos nacional e internacional (MIYAMOTO, 1995, p. 86). Portanto, não houve nenhuma mudança significativa na geopolítica antártica brasileira naquele momento, mas uma flexibilidade para se adaptar à conjuntura político-econômica que se processava na escala global e se manifestava na esfera nacional. No período 1970-1993, a economia mundial conheceu três fases de recessão, nas quais o crescimento da produção global não ultrapassou 2% ao ano (MAGNOLI, 1997, p. 22). As duas primeiras de 1974-1975 e 1980-1982 foram agravadas pelos choques nos preços do petróleo em 1973 e 1979. A terceira, em 1990-1993, foi provocada pela retração conjunta das economias dos Estados Unidos e do Japão. Assim, a assinatura do Tratado Antártico ocorre em um momento de crise econômica mundial. Essa conjuntura econômica certamente contribuiu para a seleção das prioridades e objetivos estratégicos do governo militar, em especial a partir do governo Geisel, durante o qual se deu a assinatura do Tratado. A partir de 1974, segundo CERVO e BUENO (1992, p. 347), o governo Geisel redefiniu as funções supletivas da política externa ao nacionalismo de fins: a diplomacia, convertendo-se em instrumento mais ágil, buscou a cooperação e expansão do comércio exterior. A nova política governamental, conforme MIYAMOTO (1995, p.115):

[...] apoiou-se no estabelecimento de uma linha de conduta diferente, adaptando-se à nova conjuntura internacional. A falência do modelo econômico, agravada pela necessidade de importação de matéria-prima (petróleo)[...]fez com que as diretrizes a serem seguidas obedecessem ao princípio do pragmatismo responsável, isto é, uma política que não conhece ideologias, mas sim mercados, e vê a existência não de amigos, mas sim de aliados. São os anos em que a política externa apresenta-se de forma agressiva dando primazia ao comércio internacional [...]

Convém ressaltar que a década de 70 representou um momento histórico peculiar. No plano geopolítico, a bipolarização da Guerra Fria começava a ser atenuada, face à desagregação dos blocos hegemônicos, quando alguns governos passaram a discordar do Estado líder de sua área (ANDRADE, 1989, p. 48); no econômico, o modelo fordista, que já vinha dando sinais de esgotamento desde o fim dos anos 60, começou a ceder espaço ao regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992, p. 140). Esse novo regime de acumulação vem acompanhado de mudanças fundamentais nos modos de produção e de consumo, induzindo uma reestruturação espacial da sociedade, redefinindo o conteúdo ideológico dos espaços (BENKO, 1999, p. 29). A emergência da Terceira Revolução Industrial ocorreu paralela à consciência ambiental em escala planetária, cuja gênese pode ser encontrada na Conferência de Estocolmo (1972). Esses processos político-econômico-ambientais repercutiram na escala nacional, sendo razoável pensar que a geopolítica antártica brasileira tenha sido, de certa forma, influenciada por essas transformações globais.

Nesse contexto, foi instituído, em 1982, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), a cargo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), originado na Política Nacional para Assuntos Antárticos. A primeira Expedição Antártica (1982/83) permitiu a aceitação do Brasil como membro consultivo do Tratado, com direito de voto nas questões sobre o destino do continente. Essa primeira expedição ocorreu em um momento político nacional-regional no qual paradigmas ideológicos estavam sendo colocados em xeque. O apoio dos Estados Unidos à Inglaterra durante Guerra das Malvinas acabava de fragmentar a coesão do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, bem como a incômoda neutralidade dos demais Estados-signatários (em especial do Brasil, que tanto reclamou a condição de potência-regional).

Se por um lado os interesses geopolíticos atrasaram a chegada da pesquisa brasileira na Antártida, por outro, ela só chegou lá por ser um instrumento a serviço dessa mesma geopolítica. Ciência e interesses geopolíticos tornaram-se uma constante nas retóricas oficiais sobre a Antártida, sendo que o segundo sempre assumia uma importância maior. A explanação sobre a primeira expedição antártica, ocorrida durante o Simpósio o Brasil na Antártica, realizado pela Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (23 a 26/08/1983), deixou evidente essa realidade. O almirante Múcio Piragibe Bakker, então Secretário da CIRM, discorreu³:

[...]Em suma, os fatores que justificam a presença do Brasil no diálogo sobre a questão Antártica são de caráter ecológico, *estratégico e político*⁴. *Fatores econômicos*⁵ também justificam esse esforço, pois há um trinômio que preocupa a humanidade: matérias-primas, energia e alimentos[...] Não houve dificuldades para mobilizar a comunidade científica, apesar de ser o Brasil um país onde a ciência é uma área pouco relevante em termos de prioridade nacional[...]Cabe, então, a pergunta: como será o Brasil no início do próximo século se seus recursos- minério de ferro, manganês, etc. - se esgotarem? [...] há também o aspecto científico. As organizações científicas mais importantes do planeta estão envolvidas na Antártica. Provavelmente, com o Programa Antártico, com a participação brasileira, pela primeira vez o país tenha oportunidade de proporcionar a seus cientistas o diálogo com cientistas de outros países[...]debatendo aspectos científicos em igualdade de condições[...]

O discurso do almirante Maximiano da Fonseca, então Ministro da Marinha, reforça as considerações anteriores⁶:

[...] procura-se, sim, apoiar a atividade de pesquisa e viabilizar o trabalho de cientistas[...]*através das pesquisas, o Brasil poderá demonstrar, segundo o disposto no Tratado da Antártida, substancial interesse pelo Continente Austral.*⁷ E é através da caracterização de tal interesse que o Brasil poderá ser admitido no conselho constituído com base no Tratado e estar apto a tomar parte na possível rediscussão de suas cláusulas, o que poderá ocorrer a partir de 1991[...]

O papel reservado à ciência, dentro da geopolítica antártica brasileira, pode ser analisado na Nota de Adesão ao Tratado⁸:

[...] para finalizar, no que toca aos aspectos científicos, são eles indispensáveis à boa utilização das armas modernas, aviões e principalmente projéteis balísticos e teleguiados. A ocupação da Antártica, por uma potência, poderia privar o eventual inimigo de dados valiosíssimos, sobretudo os meteorológicos e geofísicos[...]citamos as palavras do General Vladimir Bouças: “teremos que prestar contas às gerações futuras por nossa negligência se permanecermos de braços cruzados, como meros observadores, no caso da partilha das áreas antárticas” [...]

O fato é que a ciência brasileira nunca foi uma prioridade nas políticas de governo, muito menos a definição de uma ciência antártica. O pesquisador Moysés Tessler, da USP, durante sua exposição no Simpósio o Brasil na Antártica, além de convergir nesse sentido, fez referências às precárias condições de infraestrutura da primeira expedição:

[...]Embora o nosso navio, o Professor Besnard, tenha sido construído na Noruega, sendo capaz de, inclusive, enfrentar o Mar do Norte, é um navio de dimensões muito reduzidas e, principalmente, não é apropriado para enfrentar situações de mar gelado. Para que os senhores tenham uma idéia, o casco do navio tem

³ Simpósio o Brasil na Antártica- Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, pp.129-131.

⁴ grifo do autor

⁵ grifo do autor

⁶ Simpósio o Brasil na Antártica- Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.153.

⁷ grifo do autor

⁸ Simpósio o Brasil na Antártica- Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, p.210.

apenas e tão somente oito milímetros. Qualquer impacto frontal com o gelo de maiores dimensões poderia colocá-lo a pique[...]Fico muito aborrecido quando leio, na imprensa, que o país, nas condições em que está, “se dá ao luxo de gastar fortunas” com Projeto Antártico. Realmente, eu gostaria de saber onde estão essas “fortunas”[...]Se não começarmos a formar convenientemente o nosso pessoal, em termos da ciência internacional, jamais teremos condições tecnológicas para a exploração da Antártica. Creio que o primeiro passo nós estamos dando. Então, o maior lucro nosso é este: a formação de pessoal[...]”⁹

Na prática, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) nasceu à sombra de um projeto geopolítico maior: o projeto do Brasil–potência. Tal projeto acabou não decolando, pois estava sustentado no chamado “nacionalismo de fins” (CERVO e BUENO, 1992, p.345), que restringiu o desenvolvimento, na medida em que visava robustecer a economia antes de equacionar as desigualdades sociais. Atualmente há uma certa concordância no sentido de que o país atingiu uma razoável influência político-econômica na escala regional-global, podendo, em alguns aspectos, ser considerado uma potência média. A esse respeito, SENNES (2003, p. 51) aproxima o Brasil aos padrões de comportamento de uma potência média:

[...]Inicialmente, o comportamento brasileiro em relação aos EUA, a Grande Potência que exerceu maior influência em seus interesses, refletiu sua preocupação em adquirir cada vez mais maior autonomia e espaço de manobra. Para isso, o Brasil procurou tanto diminuir a intensidade de suas relações com essa Grande Potência, como estreitar vínculos com outras Grandes Potências, contrapesando sua simetria de poder. Desta forma, as relações econômicas e políticas que o país estabeleceu com os países europeus podem ser entendidas como uma reação estratégica esperada de uma Potência Média à influência excessiva de uma Grande Potência com incidência direta nos seus interesses domésticos e regionais[...]

No que tange à política externa brasileira, no decorrer do século XX, FARIA (2005, pp. 7-8) a identifica sob um movimento pendular, que alterou períodos de estreito alinhamento com os interesses dos EUA com outros de autonomia. Segundo o referido autor, após um último momento de alinhamento automático a Washington, que predominou na última década do século passado, o novo governo, empossado em 2003 sob o signo da mudança, não apenas aprofundou o caráter neoliberal da política econômica, como, no que diz respeito às relações exteriores, imprimiu uma clara inflexão, priorizando a integração sul-americana.

Não obstante, a proposta de uma mudança do paradigma geopolítico antártico brasileiro, ainda sustentado na visão territorialista, em prol da definição de uma ciência antártica nacional de excelência, pressupõe que haja um consenso dentro da própria comunidade científica nacional. No âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, as pesquisas antárticas ainda não se tornaram uma prioridade. Enquanto o Programa Nacional de Atividades Nucleares recebeu um investimento da ordem de R\$511 milhões, em 2006, foram destinados para a viabilização da participação brasileira no 4º Ano Polar Internacional (2007-2008), o primeiro que o país participa, cerca de R\$8,3 milhões¹⁰, muito aquém do previsto pelo PROANTAR (R\$36 milhões). Assim como nos Anos Polares anteriores, equipes de pesquisadores foram enviadas (de cerca de 60 países) para a execução de pesquisas de vanguarda, com a finalidade de analisarem processos ambientais nas regiões ártica e antártica e suas conexões com o resto do planeta. Os esforços científicos do Brasil na Antártida são de vital relevância para sua projeção no cenário científico internacional, uma vez que o laboratório antártico privilegia investigações científicas de ponta, e que tais pesquisas trazem

⁹ Simpósio o Brasil na Antártica-Brasília: Câmara dos Deputados, 1985, pp.37,56,57

¹⁰ Relatório MCT (janeiro de 2003 a dezembro de 2006)

um grande retorno sócio-ambiental, em especial as pesquisas relacionadas às mudanças climáticas. O próprio status de um país, dentro do Sistema do Tratado Antártico (STA) é determinado pela possibilidade de execução de uma ciência antártica de vanguarda. Contudo, a atual relevância das pesquisas brasileiras na Antártida se apresenta inversamente proporcional à doutrina de segurança nacional, que fundamenta a geopolítica antártica brasileira.

Considerações finais

Diante do exposto, fica evidente que a geopolítica antártica brasileira está fundamentada em uma arcaica doutrina de segurança nacional, idealizada no regime militar. Tal doutrina, por sua vez, passou a subordinar o próprio desenvolvimento do país. O desenvolvimento brasileiro ficou aquém de suas possibilidades, em função da hipertrofia das questões de segurança (SILVA, 2004, p. 64).

O Programa Antártico Brasileiro, instituído durante o regime militar, se constitui em um programa interinstitucional, no ápice dessa estrutura está o presidente da República. Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) cabe a coordenação do chamado Grupo de Assessoramento (GA). O GA tem como atribuições avaliar as propostas de pesquisa e atividades de apoio apresentadas ao PROANTAR, elaborar as propostas orçamentais anuais do segmento científico, fazer acompanhamento financeiro e técnico-científico de execuções de projetos e de pesquisa. Entretanto, essas instituições estão subordinadas às diretrizes oriundas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), matriz da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que, por sua vez, é solidária ao projeto geopolítico-militar para a Antártida.

Somente com a transposição dos limites dessa geopolítica, fundamentada na velha doutrina de segurança nacional, e com a busca de um consenso nas contradições dentro da própria comunidade científica brasileira, que impedem o desenvolvimento de uma ciência antártica nacional, é que o país terá condições de ingressar no seleto grupo (dos Estados-sígnatários) que desenvolve pesquisas de excelência na região antártica.

Considerando-se o peso político que as atividades científicas terão, em um futuro relativamente próximo, no que diz respeito à soberania do continente, a revisão da atual geopolítica antártica brasileira é de vital importância às pretensões científico-territoriais do país naquela região.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel C. de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 2ª. ed. , São Paulo: Hucitec, 1999.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Seminário o Brasil na Antártica*. Brasília: 1985.
- CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- COELHO, Aristides P. *Nos Confins dos Três Mares...a Antártida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica – Discurso sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1992.
- FARIA, Luiz A. Estrella. *As negociações comerciais do Brasil: arenas, agendas e interesses*. Porto Alegre: FEE, Vol.33, nº3, dezembro 2005.
- GANDRA, Rogério M. *O Imaginário Territorial na Antártica*. Porto Alegre: Boletim Gaúcho de Geografia - nº 30, 2004.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização – Estado Nacional e Espaço Mundial*. São Paulo: Moderna, 1998.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 14ª. ed. , São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.
- Relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT (janeiro de 2003 a dezembro de 2006)
- ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). *Geografia do Brasil*. 4ª. ed. , São Paulo:Edusp, 2003.
- SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos, O *Pensamento Político-Jurídico e o Brasil na Antártida*. Curitiba: Juruá Editora, 2004.
- SENNEs, Ricardo. *As Mudanças da Política Externa Brasileira nos Anos 80 – Uma Potência Média Recém Industrializada*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003.
- SILVA, André Luiz Reis da. *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento. A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004.
- SILVA, Golbery do C. e. *Geopolítica do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.